



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ref.: Processo Licitatório nº 104/2022

Pregão Presencial Nº 008/2022-PP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO À LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO.

Vistos;

Reportando-me à manifestação da Pregoeira **RATIFICO** a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Com fundamento no art. 4º, inciso XXI, da Lei Federal nº 10.520/2002, e constatada a regularidade dos atos procedimentais praticados nos autos da Licitação em referência, ADJUDICO o objeto do Pregão Presencial nº 008/2022 à licitante **BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI**, com menor valor global de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais)

Após, DETERMINO o encaminhamento dos autos à Comissão de Contratações, para divulgação da decisão e ciência das empresas recorrente e recorrida.

Gabinete da Presidência, 02 de agosto de 2022.

Ver. LEANDRO ALVES DE FARIA
Presidente



RESPOSTA AO RECURSO – PREGÃO PRESENCIAL 008/2022

Processo n. 104/2022 – **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO À LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO.

I – PRELIMINARES

Trata-se de análise de recurso administrativo manifestado **TEMPESTIVAMENTE** pela empresa CONTEGO CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ 35.898.517/0001-24 contra a decisão desta Pregoeira de declarar vencedora do Pregão Presencial 008/2022, a empresa BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.038.180/0001-99 conforme segue:

- a) A abertura do pregão presencial ocorreu no dia 21 de julho de 2022.
- b) Terminada a fase de lances, tendo a empresa BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI apresentado o menor valor de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais) para o objeto. Sendo aceita a oferta procedeu-se a análise da documentação de habilitação e por atender todas as exigências do edital foi declarada **habilitada**.
- c) Após declarar a empresa BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI vencedora, esta pregoeira indagou se alguma licitante havia interesse interpor recurso, tendo a empresa CONTEGO CONSULTORIA LTDA manifestado interesse em apresentar recurso por entender que o valor apresentado da vencedora era inexeqüível.
- d) As empresas foram informadas quanto aos prazos de apresentação de razões e eventuais contrarrazões.



II – DA SÍNTESE DAS RAZÕES

A empresa CONTEGO CONSULTORIA LTDA em suas razões de recursos, apresentadas no dia 25 de julho de 2022, às 18h33, alega que preço apresentado torna inexecutável o serviço que se busca a contratação diante da necessidade de pagamento de uma equipe de profissionais qualificados para o trabalho, serem superiores ao valor da proposta apresentada.

Alega ainda que é necessária a contratação de equipe de profissionais com conhecimentos multidisciplinares, que se complementam, devendo ter em seus quadros profissionais que guardam elevados conhecimentos jurídicos e técnicos na área de informática (cibersegurança, tecnologia da informação, dentre outros correlatos), sendo esses profissionais escassos no mercado.

Aduz, a recorrente que, não seria vantajoso ao órgão a contratação de empresa de prestação de serviços complexos, como é o presente caso, sob um valor muito baixo.

Por fim, em suas razões recursais pede:

O recebimento das presentes razões recursais, permitindo prazo para defesa, onde a pregoeira poderá exigir, por exemplo, uma planilha de custos por parte da empresa vencedora.

O acolhimento do presente recurso, tendo como consequência a desclassificação proposta da empresa BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI – CNPJ 03.038.180/0001-99, com o prosseguimento do processo licitatório, considerando tal desclassificação.

III – DA SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES

A recorrida apresentou suas contrarrazões tempestivamente no dia 28 de julho de 2022 nos seguintes termos:

Que a Recorrida em seus documentos de habilitação por meio de atestados de capacidade técnica e cópia de contratos firmados com entes públicos que o valor de sua proposta é coeso com a prestação de serviços objeto do Pregão Presencial 008/2022.



Que ao contrário do que alega a Recorrente, não há fundamentação que justifique a inabilitação da Recorrida, considerando que a própria recorrente pratica valores semelhantes em seus projetos de adequação à LGPD, conforme observa-se em Contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Paulínia e a Recorrente.

Por fim requer que a peça recursal da Recorrente seja conhecida para, no mérito, ser IMPROVIDA INTEGRALMENTE, pelos fatos e fundamentos explanados;

Que o Ilma. Sra. Pregoeira declare a empresa BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI habilitada e vencedora do Pregão Presencial nº 008/2022 da Câmara Municipal de Suzano/SP, com a devida homologação e adjudicação, em consonância com os princípios e demais fundamentações informadas e devidamente comprovadas;

IV – DA ANÁLISE DO RECURSO

Cumprе ressaltar que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº8666, de 21 de junho de 1993, que dispõe:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada **e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.** (BRASIL, 1993, grifei).

Torna-se indiscutível que em todo e qualquer certame licitatório busca-se instalar efetiva e real competição entre aqueles que por ele se interessam, pretende-se em cada procedimento instaurado alcançar a condição mais econômica para o contrato de interesse da Administração.



Para Hely Lopes Meireles, evidencia-se a inexequibilidade de preços nas seguintes situações:

[...] A inexequibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração. (MEIRELES, 2010, p. 202).

Por outro giro, a decretação da inexequibilidade de uma proposta no processo licitatório pode trazer igualmente prejuízos significativos aos cofres públicos, e diante da impossibilidade de o Estado eliminar propostas vantajosas para os interesses sob sua tutela, o ato de desclassificação sob este fundamento é manifestamente ilegal.

No entendimento do Tribunal de Contas da União, a exclusão do certame de proposta passível de demonstração de exequibilidade constitui falta grave, visto que os fatores externos que oneram a produção incidem de maneira diferente sob cada empresa, a depender da situação empresarial, facilidades ou dificuldades que permeiam nas negociações.

18. Não bastasse essa grave falha, verificou-se que não foi dada ao licitante desclassificado por inexequibilidade a oportunidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta. Essa impropriedade também se afigura grave porque, como firmado na doutrina afeta à matéria e na jurisprudência desta Corte (vide relatório supra), o juízo de inexequibilidade de uma proposta não é absoluto, mas admite demonstração em contrário. Isso, porque não se



pode descartar a possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior ao limite de exequibilidade estimado pelo contratante. Por exemplo, é perfeitamente possível que uma empresa, em especial de maior porte, partilhe custos – como infraestrutura, pessoal etc., entre os diversos clientes, resultando em redução nos preços de seus serviços. Também não se pode descartar que, muitas vezes, a estimação da exequibilidade pelo contratante possa apresentar deficiências, visto que sua visão de mercado não tem abrangência e precisão comparáveis às da empresa que atua no ramo.

19. Em vista dessas ocorrências, restou prejudicado o contratante que poderia ter obtido melhor preço e, conseqüentemente, uma proposta mais vantajosa. (Acórdão 1.248/2009 Plenário, rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti).

A própria jurisprudência do Tribunal de Contas da União, vem se posicionando no mesmo sentido, ou seja, reconhece a necessidade de abrir o contraditório à empresa proponente, antes de promover sua desclassificação tendo, inclusive, sumulado o tema:

"TCU - SÚMULA N.º 262 - O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta."

Não é demais repetir que, exceto nas situações em que o valor realmente for zero ou irrisório (de verdade), a desclassificação prévia por preço manifestamente inexequível (caso seja estabelecido) deve ser fundamentada em estudo de mercado e não na suposição do pregoeiro, de modo que esse estudo possa ser franqueado aos licitantes após a decisão.

Fazendo alusão ao que defende Marçal Justen Filho que



"Não se afigura defensável, porém, transformar em absoluta a presunção do § 1º. Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto" (cf. Tribunal de Contas do Estado de Goiás Pregoeiro e Equipe de Apoio Pregoeiro e Equipe de Apoio – Comissão Permanente de Licitação Pág. 8/11 (62) 3228-2696 Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed., ver. e amp., dialética, 1998, p. 439).

Assim coube verificar que a recorrida efetivamente se encontrava em dia com suas obrigações tributárias e previdenciárias. A boa situação financeira da licitante foi aferida na forma do art.31, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

No caso em tela, não houve a necessidade de dar oportunidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta, pois a mesma apresentou, além dos atestados de capacidade técnica exigidos no edital, cópia dos contratos com entes públicos, em especial na **Câmara de Jundiaí e Câmara de Mauá** o que comprovou que tal valor é coeso com a prestação dos serviços objeto do presente pregão, inclusive fora demonstrado também a **expertise dos profissionais da Recorrida tanto nas áreas de tecnologia da informação, bem como direito através das certificações de Data Protection Officer pela EXIN,** bem como um advogado com certificação profissional de compliance em proteção de dados.

Não cabe a Recorrente alegar em suas razões que a contratação do presente Pregão se trata de serviços complexos já que a modalidade Pregão foi



devidamente escolhida por se tratar de serviços comuns, caso assim fosse, deveria a Recorrida impugnar o edital, o que assim não fez.

Em suas contrarrazões a Recorrida apresentou termo de contrato firmado pela Recorrente celebrado com a Câmara Municipal de Paulínia com valor de R\$ 26.000,00, ou seja, abaixo do qual foi declarada a Recorrida vencedora.

Em consulta à ata do **Pregão Presencial 013/2022, da Prefeitura Municipal de Leme**, é possível constatar que a Recorrente através da fase de lance apresentou a proposta de R\$ 29.900,00:

Descrição da atividade a ser realizada, em virtude da qual a Recorrente foi selecionada para a prestação de serviços, assegurada a participação de pequenas e médias empresas de pequeno porte e exclusividade de prestação de serviços, independentemente de qualificação, na seguinte ordem:

EMPRESA	VALOR	CLASSIFICAÇÃO
ALBERTO COSTA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.900,00	1º Lugar
EVERETT COSTA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.900,00	2º Lugar
ESTRELA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.900,00	3º Lugar
ESTRELA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.900,00	4º Lugar
ESTRELA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.900,00	5º Lugar
ESTRELA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.900,00	6º Lugar
ESTRELA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.900,00	7º Lugar
ESTRELA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.900,00	8º Lugar
ESTRELA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.900,00	9º Lugar
ESTRELA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.900,00	10º Lugar

<https://www.leme.sp.gov.br/assets/files/licitacoesarquivos/ee641a146eeb56028dd363e683a37530.pdf>

Não prospera a alegação da Recorrente que a hora do profissional capacitado para tal serviço gira em média R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), já que a mesma na apresentação do detalhamento de sua proposta para o Pregão Presencial 100/2021 da Prefeitura Municipal de Juara, **apresenta o valor de R\$ 30,00 reais hora para o profissional de TI e R\$ 70,00 reais hora para o consultor jurídico**:



ETAPA 1 - DESENVOLVIMENTO				
ITEM	Descrição	Percentual para Pagamento	Valor	
1.1	Planejamento inicial e início do projeto	10%	R\$	3.000,00
Detalhamento 1.1: Deslocamento, estadia, alimentação: R\$ 1.000,00 Imposto 7%: R\$ 210,00 Consultor TI: 4 horas = R\$ 120,00 (sendo o valor de R\$ 30,00 a hora) Seguros/taxas/uniformes/aluguel: não se aplica Encargos previdenciários: R\$ 121,00 Lucro: R\$ 1.549,00				
1.2	Mapeamento	15%	R\$	4.500,00
Detalhamento 1.2: Deslocamento, estadia, alimentação: R\$ 1.000,00 Imposto 7%: R\$ 315,00 Consultor TI: 30 horas = R\$ 900,00 (sendo o valor de R\$ 30,00 a hora) Seguros/taxas/uniformes/aluguel: não se aplica Encargos previdenciários: R\$ 121,00 Lucro: R\$ 2.164,00				
1.3	Criação do inventário de dados, vulnerabilidade, matriz de riscos	30%	R\$	9.000,00
Detalhamento 1.3: Deslocamento, estadia, alimentação: R\$ 2.000,00 Imposto 7%: R\$ 630,00 Consultor TI e jurídico: 8h TI / 16h jurídico = R\$1.360,00 (sendo o valor de R\$ 30,00 a hora TI e R\$ 70,00 jurídico) Seguros/taxas/uniformes/aluguel: não se aplica Encargos previdenciários: R\$ 121,00 Lucro: R\$ 4.889,00				

<https://juara.mt.gov.br/download/publicacao/p/NjcwNw==/f/MTE1Njc=>



Diante de todo o exposto, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO quanto aos requisitos de admissibilidade, em relação ao mérito, **mantenho a decisão adotada na sessão pública de abertura referente ao Pregão Presencial 008/2022**, remetendo os autos para análise da Presidência da Câmara Municipal de Suzano para, em querendo, ratifique ou não esta decisão e posteriormente decida acerca da adjudicação e homologação do certame.

Suzano, 02 de agosto de 2022.

Taiane Kelly Fernandes Silva

Pregoeira Oficial